

Apoio



Carta de Conjuntura FEE

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria da Coordenação e Planejamento
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

ANO 11 Nº 11
Novembro de 2002

O Brasil e o futuro Presidente

O momento atual está a exigir do futuro Presidente a configuração de um novo entendimento nacional, a implantação de uma estratégia para enfrentar as adversidades de curto prazo e, após duas décadas de crescimento insuficiente, a congregação de esforços voltados à retomada da atividade econômica.

Os resultados do pleito de 27 de outubro evidenciaram a necessidade da formulação de um novo pacto, com prioridade no social por ocasião da definição dos seus objetivos e com a identificação dos atores políticos que irão dar sustentação ao novo Governo. A inclusão social, uma política de garantia de renda mínima e um programa de combate à fome sinalizam a vontade do Primeiro Mandatário, que pretende propor também novas políticas para a educação, a saúde e a assistência social.

Ao mesmo tempo, o futuro Presidente encontrará o processo de estabilidade sob pressão — o IGP-M de outubro atingiu 3,87% —, paralelamente à desvalorização do real. A inflação acumulada nos últimos 12 meses, medida pelo IPCA, alcançou o patamar de 7,93% no mês de setembro. No acordo firmado pelo Governo brasileiro com o FMI, há metas firmadas cujo acompanhamento é monitorado pelas partes para fins de avaliação do próprio programa de estabilização posto em prática no País. Nesse sentido, as informações disponíveis até o mês de setembro evidenciam que as autoridades brasileiras atingiram as metas previstas de 8,0% de inflação e de R\$ 41 bilhões de superávit primário, embora não ocorresse o mesmo no âmbito da dívida líquida do setor público consolidado, onde o Governo atingiu uma soma de R\$ 885,2 bilhões, contra um montante previsto de R\$ 810 bilhões.

Para superar o ambiente de incerteza disseminado entre os credores externos, o Presidente FHC e o novo Mandatário optaram pela criação de uma equipe de transição, visando adequar os discursos às ações. Os resultados esperados poderão emergir em breve, dados o saldo de US\$ 10,1 bilhões na balança comercial até outubro e o superávit primário nas contas públicas de R\$ 47,6 bilhões até setembro.

Ao ser empossado na Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva pretende reunir esforços para articular a governabilidade frente às aspirações da sociedade. Um novo contrato social e um modelo econômico alternativo que serão propostos implicam bus-

car, sob a ação reguladora de um Estado eficiente, em primeiro lugar, o crescimento, o emprego e a inclusão de setores historicamente marginalizados; em segundo lugar, o desenvolvimento, a distribuição de renda e a estabilidade; e, por último, a infra-estrutura necessária e o desenvolvimento sustentável.

Metas acordadas com o FMI até o terceiro trimestre de 2002

INDICADORES	PREVISTA	REALIZADA
Inflação (%)	8	7,9
Resultado primário (R\$ bilhões)	41	47,6
Dívida líquida do setor público consolidado (R\$ bilhões) ..	810	885,2

FONTE: Ministério da Fazenda.

Mais além, será imprescindível preservar o câmbio flutuante, avançar na agenda das reformas, buscar melhores condições para os novos contratos e definir uma política industrial que estimule a produção, viabilize o crédito e fixe a carga fiscal em níveis adequados. Complementado o cenário, o novo Presidente está comprometido com absorver contingentes maiores de trabalhadores na agricultura, na construção civil, na recuperação da infra-estrutura e no turismo.

À medida que a dívida líquida do setor público atingiu 63,9% do PIB em setembro, é preciso diminuir a vulnerabilidade externa para reduzir os juros. Lembre-se que é preciso ampliar o Mercosul para conviver com a globalização. Um desafio do tamanho do Brasil!

Antônio Carlos Fraquelli (FEE/NEESF)

Dimensão do agronegócio do Rio Grande do Sul

O agronegócio mostra-se mais importante na economia do RS do que no espaço nacional. A participação no PIB do Estado (29,5%) é aproximadamente 49% maior que sua correspondência nacional (19,8%).

Composição do Valor Adicionado do agronegócio e participação no PIB total do Rio Grande do Sul e do Brasil (%)

ATIVIDADES DO AGRONEGÓCIO	RS (1)	BRASIL (2)
Insumos	6,8	4,9
Máquinas e implementos	1,8	0,7
Agropecuária	33,0	39,9
Agroindústria	40,8	37,0
Distribuição e serviços	17,6	17,5
Proporção do PIB total	29,5	19,8

FONTE DOS DADOS BRUTOS: FEE.
IBGE.
ABAG.

(1) Dados de 1998. (2) Dados de 2000.

É evidente a especificidade estadual da composição do agronegócio. As atividades a montante (insumos e máquinas e implementos) representam 8,6% no RS, enquanto, no Brasil, respondem por 5,6%. Esse resultado está associado à histórica vocação primária do Estado, que contribuiu para o desenvolvimento de atividades fornecedoras de insumos e de bens de capital destinados à produção rural. Em especial, a produção de adubos, fertilizantes e defensivos e de máquinas e tratores supera a demanda do RS, sendo o excedente destinado, principalmente, para o mercado interno e, em menor escala, para o resto do mundo.

Analogamente, as atividades a jusante (agroindústria, distribuição e serviços) respondem por 58,5% no RS face a 54,5% no Brasil. No caso do RS, destacam-se os setores agroindustriais: calçados e couros, abate de animais, demais indústrias alimentares, beneficiamento vegetal, madeira e mobiliário, laticínios, fumo, celulose e papel, óleos vegetais, vestuário e têxtil.

Em função da maior diversificação a montante e na agroindústria, a participação da agropecuária no agronegócio do RS é menor comparativamente ao Brasil.

Alexandre Alves Porsse (FEE/NCS)

Agosto interrompe tendência positiva da indústria gaúcha

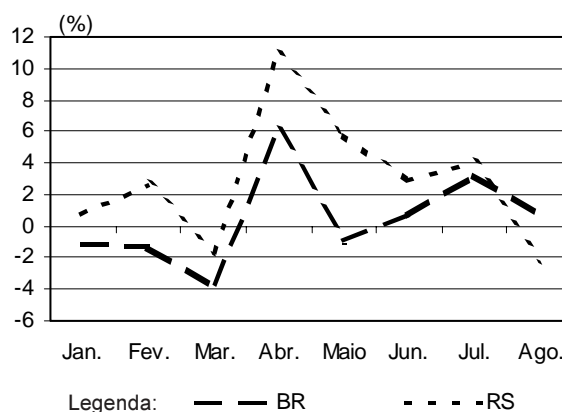
A queda de 2,2% apresentada pela atividade industrial do Estado em agosto interrompeu uma seqüência de quatro meses de expansão no indicador de produção física da indústria do Rio Grande do Sul divulgado pelo IBGE. O desempenho negativo do parque fabril local, juntamente com São Paulo (-6,6%), contrasta com as boas performances verificadas na Bahia (17,7%), Minas Gerais (3,3%), Rio de Janeiro (20,7%) e Paraná (3,2%). Ainda assim, quando se analisa o indicador acumulado nos oito primeiros meses de 2002, percebe-se um comportamento bem superior à média brasileira, com uma taxa de 2,9% no RS contra a de 0,9% apresentada pelo País.

Do ponto de vista de sua composição interna, pode-se dizer que o movimento de retração ocorrido em agosto é detectado na grande maioria dos 19 ramos industriais do Estado, uma vez que 11 deles assinalaram taxas negativas. Destacaram-se, nesse sentido, vestuário e calçados (-18,3%), material de transporte (-16,1%) e química (-9,6%). Em direção contrária, o principal impacto positivo continua sendo o da expansão da mecânica (21,6%).

Como se pode ver, as informações de agosto, mais uma vez, confirmam a importância, quase decisiva, da mecânica no desempenho da indústria gaúcha. Afinal, embalado pelo espetacular sucesso da produção de máquinas e implementos agrícolas, esse ramo


logrou um crescimento de 15,9% no acumulado dos últimos 12 meses.

Taxa de crescimento mensal da produção física da indústria geral do Brasil e do Rio Grande do Sul — jan.-ago./02




FONTE: IBGE.
NOTA: Os dados têm como base o mesmo mês do ano anterior.

Rubens S. Lima (FEE/NEI)



crédito assistido
Apoio Técnico e Crédito para Pequenas Empresas

Você não precisa ser grande para ter crédito e acompanhamento técnico.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ECONOMIA BRASILEIRA

Variáveis macroeconômicas selecionadas — dez./92-set./02

MESES E ANOS	TAXAS ANUAIS DE CRESCI- MENTO DO PIB (1) (IBGE)	TAXA DE INVESTIMENTO (2) (% do PIB) (IPEA)	TAXA MÉDIA DE DESEMPREGO ABERTO (3) (% da PEA) (IBGE)	TAXAS ANUAIS DE VARIAÇÃO DO ÍNDICE DE PREÇOS (4) (IPCA/IBGE)	TAXAS BÁSICAS DE JUROS AO ANO (%) (Bacen)	TAXA EFETIVA DE CÂMBIO (5) (Funcex)		SALÁRIOS REAIS NA INDÚSTRIA (IBGE)	
						Índice (base fixa ago./94 = 100)	Taxa de Variação (4)	Índice (base jan./01 = 100)	Taxa de Variação (4)
Dez./92	-0,6	18,3	4,5	124,8	-8,2	99,6	-7,2
Dez./93	4,9	18,7	4,4	2 477,7	...	112,9	-9,5	107,6	-1,3
Dez./94	5,9	21,6	3,4	916,5	56,4	88,6	-21,5	115,7	0,8
Dez./95	4,2	20,2	4,4	22,4	38,9	99,8	12,6	127,6	-0,4
Dez./96	2,7	21,0	3,8	10,1	23,0	98,6	-1,2	127,2	0,2
Dez./97	3,3	22,2	4,8	5,2	40,9	93,7	-5,4	132,8	0,8
Dez./98	0,1	21,2	6,3	1,7	39,4	99,1	5,8	131,3	-0,5
Dez./99	0,8	19,6	6,3	8,9	19,0	115,8	16,9	125,4	0,1
Set./00	4,3	20,2	6,7	7,8	16,5	104,1	-19,6	124,5	-0,3
Out./00	-	-	6,8	6,7	16,5	105,5	-20,1	125,3	0,6
Nov./00	-	-	6,2	6,0	16,5	109,1	-12,0	127,4	1,7
Dez./00	4,4	20,3	4,8	6,0	15,8	109,6	-5,4	128,0	0,4
Jan./01	-	-	5,7	6,0	15,3	111,0	-1,6	100,0	-21,9
Fev./01	-	-	5,7	6,3	15,3	112,2	1,8	95,5	-4,5
Mar./01	4,1	20,1	6,5	6,4	15,8	114,4	5,7	96,3	0,8
Abr./01	-	-	6,5	6,6	16,3	117,9	7,8	95,6	-0,7
Mai/01	-	-	6,9	7,0	16,8	124,9	12,2	95,7	0,1
Jun./01	3,6	19,9	6,4	7,3	18,3	125,0	12,9	96,0	0,3
Jul./01	-	-	6,2	7,1	19,0	126,2	17,9	96,6	0,6
Ago./01	-	-	6,2	6,4	19,0	128,8	24,2	94,6	-2,1
Set./01	2,6	19,8	6,2	6,5	19,0	137,1	31,7	93,4	-1,3
Out./01	-	-	6,6	7,2	19,0	135,6	28,5	92,2	-1,3
Nov./01	-	-	6,4	7,6	19,0	123,6	13,3	103,9	12,8
Dez./01	1,5	19,2	5,6	7,7	19,0	114,1	4,1	130,3	25,4
Jan./02	-	-	6,8	7,6	19,0	109,6	-1,3	99,3	-23,8
Fev./02	-	-	7,0	7,5	18,8	106,7	-4,9	94,8	-4,6
Mar./02	0,3	18,7	7,1	7,7	18,5	103,3	-9,7	94,6	-0,1
Abr./02	-	-	7,6	8,0	18,5	102,3	-13,2	94,9	0,3
Mai/02	-	-	7,7	7,8	18,5	108,6	-13,1	95,6	0,7
Jun./02	0,0	18,6	7,5	7,7	18,5	117,0	-6,4	94,4	-1,3
Jul./02	-	-	7,5	7,5	18,0	125,6	-0,5	95,0	0,6
Ago./02	-	-	7,3	7,5	18,0	128,9	0,1	93,7	-1,3
Set./02	-	-	7,5	7,9	18,0	133,7	-2,5	-	-

Variáveis macroeconômicas selecionadas — dez./92-set./02

MESES E ANOS	NECESSIDADES PRIMÁRIAS DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO (6) (% do PIB) (Bacen)	DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL DO SETOR PÚBLICO (% do PIB) (Bacen)	INDÚSTRIA				SETOR EXTERNO					Re: Ext (co de I interr (US\$ (B
			Índice da Produção Física (base 1991 = 100) (IBGE)	Taxas de Crescimento (IBGE)		Utilização da Capacidade Instalada (%) (IBRE)	Taxas de Crescimento (Secex)		% do PIB (Bacen)			
				Produção física (7)	Produtividade física da indústria (8)		Expor- tações (1)	Impor- tações (1)	Transações corren- tes (6)	Investimen- tos diretos (6)	Transações correntes não cobertas por investimentos diretos	
Dez./92	89,52	-3,7	-	(9)69,0	13,4	-2,3	1,57
Dez./93	97,13	7,5	-	(9)72,0	8,1	25,1	-0,14
Dez./94	-5,09	28,5	114,32	7,6	-	(9)77,0	12,3	28,7	-0,31
Dez./95	-0,35	29,9	100,71	1,8	-	(9)83,0	6,8	51,1	-2,55
Dez./96	0,09	33,3	108,88	1,7	-	(9)79,0	2,7	6,7	-2,98	1,28	1,70	...
Dez./97	0,98	34,5	105,37	3,9	-	(9)81,0	11,0	15,1	-4,16	2,13	2,03	...
Dez./98	-0,01	42,6	102,90	-2,0	-	-	-3,5	-6,2	-4,34	3,37	0,97	...
Dez./99	-3,13	49,7	111,73	-0,7	-	-	-6,1	-14,9	-4,80	5,40	-0,60	...
Set./00	-3,33	48,5	129,23	6,3	-	-	16,5	8,6	-4,06	5,00	-0,94	...
Out./00	-3,25	49,0	136,32	6,7	-	84,1	16,5	11,3	-4,19	4,95	-0,76	...
Nov./00	-3,63	49,7	130,62	6,7	-	-	16,5	12,7	-4,19	5,57	-1,38	...
Dez./00	-3,56	49,3	120,29	6,6	-	-	14,7	13,8	-4,15	5,52	-1,37	...
Jan./01	-3,62	48,9	129,97	7,2	-1,2	82,1	15,8	17,3	-4,35	5,33	-0,98	...
Fev./01	-3,54	49,6	129,97	6,2	2,4	-	13,7	14,8	-4,50	5,27	-0,77	...
Mar./01	-3,53	50,2	130,38	6,5	-3,5	-	13,6	15,4	-4,67	5,30	-0,63	...
Abr./01	-3,90	50,4	127,78	6,7	-1,8	83,9	13,6	15,9	-4,62	5,47	-0,85	...
Mai/01	-3,79	51,9	127,07	6,6	-2,0	-	12,7	15,9	-4,77	5,60	-0,83	...
Jun./01	-3,91	51,3	125,28	5,8	0,8	-	11,9	15,9	-4,80	5,28	-0,48	...
Jul./01	-4,05	52,8	124,58	5,3	-1,3	80,9	9,9	13,9	-5,02	4,88	0,14	...
Ago./01	-3,78	54,0	124,91	4,6	-0,1	-	7,8	11,2	-5,05	4,77	0,28	...
Set./01	-3,80	54,8	124,52	4,1	0,9	-	6,8	8,0	-4,97	4,80	0,17	...
Out./01	-3,95	54,4	122,41	3,2	-3,3	79,9	6,8	5,8	-4,83	4,70	0,13	...
Nov./01	-3,68	53,1	124,31	2,6	2,8	-	6,0	5,0	-4,74	4,11	0,63	...
Dez./01	-3,67	53,3	125,87	1,5	3,2	-	5,5	1,6	-4,61	4,46	0,15	...
Jan./02	-3,64	55,1	127,48	0,5	2,8	79,5	2,4	-3,1	-4,42	4,46	-0,04	...
Fev./02	-3,61	54,7	127,66	0,3	2,9	-	1,8	-4,1	-4,32	4,47	-0,15	...
Mar./02	-3,33	54,6	126,87	-0,7	-4,3	-	-1,1	-8,8	-4,03	4,57	-0,54	...
Abr./02	-3,37	54,6	133,39	-0,7	4,3	79,1	-2,0	-9,8	-3,98	4,60	-0,62	...
Mai/02	-3,29	55,7	126,46	-1,1	-6,5	-	-4,1	-13,1	-3,96	4,53	-0,57	...
Jun./02	-3,43	58,1	127,78	-1,0	1,8	-	-6,1	-15,6	-3,81	4,65	-0,84	...
Jul./02	-3,51	62,1	127,95	-0,8	-0,6	79,6	-3,9	-15,3	-3,53	4,36	-0,83	...
Ago./02	-3,55	58,1	128,53	-0,7	0,5	-	-4,2	-16,4	-3,24	4,28	-1,04	...
Set./02	-3,98	63,9	129,75	-0,1	-	-	-4,2	-15,1	-2,81	4,27	-1,46	...

FONTE: IPEA, IBGE, Bacen, DIEESE, FGV, IBRE, Macrométrica.

(1) Variação percentual do fluxo dos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores. (2) Taxa de investimento no trimestre (preços 1990). Taxa obtida a partir da relação entre as séries de índices reais (base fixa, dessazonalizado) da formação bruta de capital fixo e do PIB. (3) Pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos últimos sete dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho. (4) Variação percentual em relação ao mês anterior. (5) R\$/cesta de 13 moedas: EUA, Canadá, Japão, ALADI (Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile e México) e Europa (Alemanha, França, Itália, Holanda e Suíça). (6) Valor dos últimos 12 meses. (7) Variação percentual da média dos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores. (8) Variação percentual em relação ao mês anterior. (9) Refere-se ao mês seguinte.

Carta de Conjuntura - Ano 11 nº 11

ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — jun./00-nov./02

MESES E ANOS	PIB (1)	PRODUÇÃO FÍSICA NA INDÚSTRIA (2)			ICMS (R\$ milhões)				ÍNDICES DE PREÇOS	
		Base Fixa (5)	Mês (6)	Acumulado no Ano (7)	Industrial	Comércio Atacadista	Comércio Varejista	Total	IEPE (8)	CUB (9)
Jun./00	-	158,38	106,80	110,33	243,1	95,3	50,6	448,3	109,97	491,02
Jul./00	-	152,98	109,18	110,16	237,4	98,5	52,3	446,5	111,83	504,90
Ago./00	-	153,48	113,16	110,55	239,2	101,7	55,3	456,0	113,84	509,16
Set./00	-	157,72	103,53	109,76	270,7	103,3	53,8	493,3	114,02	510,35
Out./00	-	139,85	106,96	109,47	289,6	68,4	49,3	475,7	114,51	519,58
Nov./00	-	151,27	107,69	109,30	319,6	72,9	48,2	508,4	115,11	518,65
Dez./00	4,1	147,95	101,38	108,67	307,1	75,2	47,0	497,3	115,39	519,24
Jan./01	-	129,12	107,99	107,99	336,7	70,1	99,4	571,2	117,19	520,81
Fev./01	-	127,30	97,24	102,37	298,7	72,4	59,1	497,4	117,05	521,22
Mar./01	-	155,99	99,35	101,21	261,5	66,5	49,1	453,0	117,60	520,63
Abr./01	-	152,14	103,99	101,94	336,2	81,1	60,2	553,2	118,72	524,37
Maiio/01	-	154,69	97,67	100,99	311,6	69,2	48,9	518,6	118,85	528,28
Jun./01	-	147,61	96,49	100,20	303,6	64,9	61,0	505,4	119,42	532,23
Jul./01	-	151,08	98,44	99,93	291,6	111,8	64,1	547,3	120,39	545,90
Ago./01	-	156,23	99,06	99,81	263,7	104,1	61,8	510,2	120,88	553,17
Set./01	-	134,17	95,94	99,40	310,0	112,7	62,3	566,8	120,67	557,48
Out./01	-	149,26	98,68	99,33	309,2	107,0	53,2	547,1	122,17	561,36
Nov./01	-	142,43	96,26	99,05	291,4	116,1	56,8	464,2	123,37	565,12
Dez./01	3,5	125,70	97,73	98,95	361,3	143,3	77,9	582,6	125,16	572,59
Jan./02	-	130,01	100,70	100,70	244,8	102,1	84,8	431,6	126,11	576,45
Fev./02	-	130,65	102,63	101,66	282,5	155,3	59,1	496,9	126,20	577,21
Mar./02	-	153,31	98,28	100,38	245,8	108,3	49,7	403,7	127,22	576,94
Abr./02	-	168,70	110,88	103,21	310,3	138,6	64,1	513,0	128,28	577,39
Maiio/02	-	163,56	105,73	103,75	295,5	120,0	54,2	469,7	128,89	577,12
Jun/02	-	151,78	102,83	103,60	294,0	122,2	66,2	482,5	129,68	577,79
Jul./02	-	157,23	104,07	103,67	292,3	130,5	66,3	489,1	131,05	593,97
Ago./02	-	152,76	97,78	102,88	313,1	125,6	64,4	503,1	131,95	603,19
Set./02	-	-	-	-	333,9	131,7	65,8	531,4	133,87	609,38
Out./02	-	-	-	-	-	-	-	-	136,58	615,62
Nov./02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	630,81

(continua)

Carta de Conjuntura - Ano 11 nº 11
ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — jun./00-nov./02

MESES E ANOS	SALDO DE ADMISSÕES E DESLIGAMENTOS COM CARTEIRA	DESEMPREGO NA RMPA		RENDIMENTOS NA RMPA (3)		CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (4) (mwh)		EXPORTAÇÕES VALOR (US\$)	VARIAÇÃO MENSAL DO NÚMERO DE INFORMAÇÕES DO SPC (%)	
		Taxa de Desemprego		Ocupados (10)	Assalariados (11)	Industrial	Total		Registro	Cancelamento
		Aberto	Total							
Jun./00	639	11,3	17,8	801	788	635 844	1 578 796	573 501	-16,7	0,9
Jul./00	-475	11,2	16,8	811	784	638 838	1 602 501	604 322	2,0	-0,7
Ago./00	87	11,0	16,5	800	787	643 196	1 604 892	630 930	17,6	1,7
Set./00	6 440	10,6	16,2	786	776	632 876	1 583 907	498 411	-16,7	-4,4
Out./00	6 173	10,0	16,3	775	774	624 813	1 558 757	486 019	63,1	-13,6
Nov./00	8 689	9,6	15,9	770	764	623 480	1 580 276	487 985	-45,2	-1,2
Dez./00	-11 632	9,3	15,0	773	763	609 475	1 630 893	452 039	24,4	35,7
Jan./01	6 019	9,1	14,4	768	768	525 439	1 682 432	414 295	-27,9	-31,5
Fev./01	3 426	9,3	14,7	772	781	602 228	1 739 468	400 950	-17,6	-16,7
Mar./01	10 016	9,6	15,4	756	776	615 360	1 803 647	520 790	74,2	33,9
Abr./01	15 810	10,2	15,6	763	780	643 148	1 756 774	489 574	-2,2	-1,0
Mai./01	-5 421	10,2	15,4	750	756	618 173	1 602 540	638 054	-6,3	15,5
Jun./01	-1 372	10,0	15,0	752	753	653 234	1 579 597	632 236	-20,0	-11,7
Jul./01	-3 176	9,6	14,6	740	741	631 391	1 516 081	658 093	15,9	13,1
Ago./01	6 854	9,6	14,3	744	744	628 535	1 533 749	673 810	-10,8	-14,3
Set./01	7 532	9,8	14,5	760	766	607 149	1 510 227	569 020	-20,2	-20,7
Out./01	10 869	10,2	15,3	761	773	598 559	1 480 961	494 824	19,2	17,4
Nov./01	10 730	9,7	15,1	763	775	480 254	1 565 278	384 873	64,4	11,9
Dez./01	-10 978	9,2	14,8	748	751	586 626	1 570 998	468 839	-24,7	21,5
Jan./02	10 652	8,9	14,5	729	724	784 376	1 588 496	370 754	95,4	-25,4
Fev./02	6 150	9,2	15,0	730	733	593 381	1 717 735	372 940	-56,4	-17,7
Mar./02	9 401	9,9	15,8	736	748	588 580	1 694 484	401 451	216,4	16,0
Abr./02	13 097	10,4	15,7	749	767	625 105	1 701 398	455 825	-10,3	18,5
Mai./02	-6 787	10,7	16,0	753	762	646 439	1 642 984	561 499	-	-
Jun./02	-2 959	10,7	15,9	758	762	678 973	1 637 050	568 815	-	-
Jul./02	-6 283	10,3	15,9	770	767	652 067	1 567 947	827 555	-	-
Ago./02	-474	10,3	15,4	768	762	657 313	1 602 259	632 388	-	-
Set./02	-	10,4	15,5	-	-	636 816	1 572 812	561 132	-	-
Out./02	-	-	-	-	-	630 398	1 577 042	-	-	-
Nov./02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: FEE. IBGE. MICT. PED-RMPA. Secretaria da Fazenda-RS. SPC. IEPE. SINDUSCON. Ministério do Trabalho e Emprego.

(1) Refere-se à taxa anual. (2) Pesquisa Industrial Mensal. (3) Inflator utilizado: IPC-IEPE; valores em reais de ago./02. (4) Refere-se à soma do consumo de energia elétrica divulgado pelas três principais operadoras do Estado (RGE, AES-SUL e CEEE). (5) Base: média de 1991 = 100. (6) Base: igual mês do ano anterior = 100. (7) Base: igual período do ano anterior = 100. (8) Base: abr./98 = 100. (9) Em R\$. (10) Exclui os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganham exclusivamente em espécie ou benefício. (11) Exclui os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos.

Emprego formal mantém crescimento em 2002

O emprego formal no RS, seguindo o movimento já evidenciado em 2001 — acréscimo de cerca de 50,3 mil empregos —, manteve tendência ascendente no período jan.-ago./02, com o incremento de 22,8 mil postos de trabalho. Setorialmente, apenas na extrativa mineral, na construção civil e na agropecuária, houve retração do contingente empregado (3,1 mil em conjunto), a maior delas concentrada na construção civil (2 mil); e a menor, na extrativa mineral (40). Os demais setores — SIUP, indústria de transformação, comércio, serviços e administração pública — acusaram, em conjunto, expansão de 25,9 mil vagas.

A indústria de transformação, assim como em 2001, mantém-se com o maior incremento líquido de vagas, com um acréscimo de, aproximadamente, 13,2 mil postos de trabalho. A desagrega-

ção desse setor em seus 12 subsetores aponta crescimento do emprego praticamente na totalidade deles: apenas os segmentos material elétrico e de comunicações; têxtil, vestuário e artefatos de tecido; produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico sofreram recuo (-10, -13 e -1,4 mil postos de trabalho respectivamente). Dentre os subsetores com crescimento do emprego, a indústria de calçados; a indústria da borracha, fumo, couros, peles, similares e indústrias diversas; bem como a indústria mecânica foram os que registraram os maiores crescimentos. O primeiro, com saldo líquido de 3,5 mil postos de trabalho, foi responsável por 23,5% do total de vagas acrescidas no conjunto dos subsetores com crescimento do emprego, enquanto os outros contribuíram com cerca de 17,8% e 17,2% desse mesmo total respectivamente.

Saldo de admissões e desligamentos em subsetores selecionados da indústria de transformação do RS — jan.-ago./02

SUBSETORES	ADMISSÕES	DESLIGAMENTOS	SALDO
Indústria metalúrgica	13 100	11 553	1 547
Indústria mecânica	11 409	8 884	2 525
Indústria do material elétrico e de comunicações	2 935	2 945	-10
Indústria do material de transporte	4 967	3 680	1 287
Indústria da madeira e do mobiliário	14 132	12 389	1 743
Indústria da borracha, fumo, couros, peles, similares, indústrias diversas	28 994	26 382	2 612
Indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos	7 634	7 647	-13
Indústria de calçados	52 112	48 662	3 450
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	24 836	26 257	-1 421
Total	183 136	169 927	13 209

FONTE: MTE.

Sheila S. Wagner Sternberg (FEE/NET)

RS acompanha Brasil e aumenta área plantada de grãos

Segundo previsão feita pela Conab com base na intenção de plantio, o Brasil deverá aumentar sua área cultivada em até 4%, gerando uma previsão inicial de colheita recorde, entre 105 e 110 milhões de toneladas de grãos na safra 2002/2003. No Estado, a área plantada das quatro principais culturas de verão pode aumentar em até 5%, e, mantidas as perspectivas de produtividade, a produção dos quatro grãos deverá ficar entre 18,04 e 18,43 milhões de toneladas.

A área plantada de arroz deverá incrementar-se em até 2%, elevando a produção para algo entre 11,07 e 11,28 milhões de toneladas, caso se concretizem os avanços na produtividade de 2,5% esperados pela Conab. Quanto ao feijão, sua área deve crescer como reflexo do bom preço que o produto vem encontrando no mercado, embora sua produtividade deva permanecer a mesma do ano anterior.

Preços bons também terão influência sobre o avanço da soja em terras antes destinadas ao pousio e/ou a outras culturas. Preços favoráveis no mercado mundial e a alta do dólar refletir-se-ão também no RS, que aumentará sua área cultivada de 7% a 9% e a produção entre 7,58 e 7,75 milhões de toneladas da oleaginosa, dado um aumento esperado de produtividade de até 39%. No RS, espera-se que até 70 mil hectares que antes eram cultivados por milho sejam substituídos por soja, diminuindo a área plantada do

primeiro em até 5%. Entretanto sua produção deverá crescer mais de 20%, como resultado de uma previsão de aumento da produtividade de quase 26% para 2002/2003.

Estimativa das variações de produção e área dos principais grãos no Brasil e no Rio Grande do Sul — safras 2002/2003 e 2001/2000

DISCRIMINAÇÃO	ÁREA		PRODUÇÃO (%)	
	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Inferior	Limite Superior
Arroz				
RS	0,00	2,00	2,52	4,57
BR	0,15	1,79	3,87	5,85
Feijão				
RS	2,97	6,03	3,06	6,03
BR	0,04	2,06	-0,76	1,61
Milho				
RS	-5,00	-3,00	19,61	22,12
BR	-1,74	1,61	5,33	14,62
Soja				
RS	7,06	9,09	35,88	38,96
BR	7,26	8,95	13,23	14,95

FONTE: Conab.

Martinho Roberto Lazzari (FEE/NEA)

A intensificação das negociações da ALCA

A sucessão no Governo brasileiro coincide com a intensificação das negociações da ALCA e, também, com a mudança na presidência e no comando dessa instituição. Entre novembro de 2002 e janeiro de 2005, Brasil e EUA dividirão a presidência das negociações da ALCA, devendo protagonizar fortes embates, devido às várias diferenças entre eles no enfoque das questões. Por exemplo: o Brasil, nas ofertas de abertura, defende a aplicação, em nível regional, da cláusula de nação mais favorecida, já adotada na OMC. Por essa cláusula, os benefícios concedidos a um dos países-membros estender-se-ão a todos os demais. Os EUA defendem a negociação de acordos bilaterais e já vêm tentando firmá-los com países centro-americanos e caribenhos, além do Chile. Prevalecendo a posição dos EUA, nenhum país saberá a oferta feita ao outro. Outro exemplo de diferenças: Brasil e EUA assumem a co-presidência sem consenso sobre o método de escolha dos produtos que devem ficar isentos de tributos a partir de 2005. Mas o maior motivo de discórdia entre os dois países é a agricultura, tanto pelos subsídios concedidos pelos EUA aos seus agricultores quanto pelo elevado número de barreiras tarifárias e não-tarifárias impostas aos produtos agrícolas estrangeiros. Enquanto o Brasil protesta contra essas medidas protecionistas, os EUA dizem que a ALCA deve restringir-se à discussão de tarifas alfandegárias e que as demais questões agrícolas deverão ser tratadas na OMC.

As diferenças de posicionamento deverão ser superadas dentro dos prazos fixados no cronograma de negociações. As ofertas iniciais nos cinco grupos de negociação de acesso a mercados — bens industriais, bens agrícolas, serviços, investimentos e compras governamentais — deverão ser entregues entre 15.12.02 e 15.02.03. De 16 de fevereiro a 15 de junho de 2003, os países manifestar-se-ão sobre as ofertas iniciais, pedindo melhorias. E, de 15.07.03 até 1º.01.05, ocorrerão as negociações efetivas, abrangendo não só redução de tarifas sobre produtos agrícolas e industriais, mas concessões em serviços, investimentos e compras governamentais. Durante o ano de 2005, os países farão os ajustes necessários para a entrada em funcionamento do bloco, e, a partir de 2006, iniciar-se-á o processo de desgravação.

Quase metade das exportações do RS destina-se às Américas, com forte predomínio de produtos industrializados. Assim, as conquistas e as concessões feitas pelo Brasil no âmbito da ALCA, nos próximos quatro anos, serão de extrema importância para o Estado. Os principais produtos exportados pelo RS para a ALCA são: calçados e outros produtos de couro; motores diesel; fumo não manufaturado; tratores, carrocerias, peças e acessórios para tratores e automóveis; polietileno; madeira; espingardas; benzeno; móveis de madeira; couro curtido e preparado; aparelhos de ar condicionado. Os principais mercados para o RS na ALCA são: EUA, Argentina, Chile, México, Uruguai e Paraguai.

Exportações, por capítulos, do Rio Grande do Sul — out./01-set./02

CAPÍTULOS	ALCA (US\$ 1 000 FOB)	TOTAL (US\$ 1 000 FOB)	PARTICIPAÇÃO DA ALCA NO TOTAL DO CAPÍTULO (%)	PARTICIPAÇÃO DA ALCA NO TOTAL DAS EXPORTAÇÕES DO RS (%)
64 - Calçados, polainas e artefatos semelhantes e suas partes	1 036 032	1 221 898	84,79	16,98
84 - Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, etc., mecânicos	375 784	442 413	84,94	6,16
24 - Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	229 773	812 271	28,29	3,77
87 - Veículos automóveis, tratores, etc. suas partes e acessórios ..	229 010	336 729	68,01	3,75
39 - Plásticos e suas obras	124 031	203 878	60,84	2,03
94 - Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões, etc.	97 211	144 522	67,26	1,59
Outros	873 142	2 939 185	29,71	14,31
Total	2 964 984	6 100 896	48,60	48,60

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Ministério da Indústria e Comércio.

Teresinha Bello (FEE/NERI)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 08.11.02).

ISSN 1517-7254

A **Carta de Conjuntura FEE** é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria da Coordenação e Planejamento.

Tiragem: 2.400 exemplares.



Fundação de Economia e Estatística
Siegfried Emanuel Heuser

Presidente: José Antonio Fialho Alonso
 Diretor Técnico: Flávio B. Fligenspan
 Diretor Administrativo: Celso Anversa

Conselho Editorial da Carta: Flávio B. Fligenspan,
 Guilherme Xavier Sobrinho, Jorge da Silva Accurso e
 Roberto da Silva Wiltgen.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser
 Rua Duque de Caxias, 1691 Porto Alegre - CEP 90010-283
 E-mail conjuntura@fee.tche.br
 www.fee.tche.br

EDITORIAÇÃO

Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig. Secretária: Luz Da Alva Moura da Silveira.

Revisão

Coordenação: Sidônia Therezinha Hahn Calvete. Revisores: Breno Camargo Serafini, Elisabeth Kurtz Marques, Rosa Maria Gomes da Fonseca, Roselane Vial e Susana Kerschner.

Editoria

Coordenação: Ezequiel Dias de Oliveira. Composição, diagramação e arte final: Cirei Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Koch Leal, Jairo dos Santos Raymundo e Rejane Maria Lopes dos Santos. Conferência: Elisabeth Alende Lopes, Lenoir Buss e Rejane Schmitt Hübner. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas, Luiz Carlos da Silva e Mauro Marcelino da Silva.